

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
PAREDES DE COURA**



**ATA N.º 04/2014
(Mandato 2013/17)**

**DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE
2014**

CONTÉM 13 PÁGINAS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 04/2014 DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2014 INICIADA ÀS 21,00 HORAS E CONCLUÍDA ÀS 00,00 HORAS.

Sumário

Páginas

= ABERTURA =	3
= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =	4
= LEITURA DE EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA =	4
= ASSUNTOS RELEVANTES E EMISSÃO DE VOTOS E MOÇÕES =	4
= PROPOSTA DE RECLAMAÇÃO À EP ESTRADAS DE PORTUGAL SA	4
= PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PDM =	5
= PROPOSTA DE VOTO DE LOUVOR – EVENTOS DE 2014 =	8
= INTERVENÇÕES POLÍTICAS =	8
= ORDEM DO DIA =	8
= ORDEM DO DIA =	8
= LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS =	10
= PROPOSTA DE LANÇAMENTO DE DERRAMA =	10
= PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE TAXAS DE IMI =	11
= FIXAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS =	11
= PROPOSTA DE REVISÃO AO ORÇAMENTO E PPI DA CM DE 2014 =	12
= PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO =	13
= INTERVENÇÃO DO PÚBLICO=	13
= ENCERRAMENTO =	13



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= ABERTURA =

----- No dia vinte e seis do mês de setembro do ano de dois mil e catorze, sob a presidência de José Augusto de Brito Pacheco e secretariado por Luísa Maria da Costa Gomes de Castro e Perfeita Barreiro de Araújo Esteves, primeira e segunda secretária, respetivamente, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Paredes de Coura, nos termos do disposto no artigo 28º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, convocada pelo edital do dia dez de setembro do ano de dois mil e catorze. -----

----- Efetuada a chamada registou-se a presença dos seguintes membros: José Augusto de Brito Pacheco (PS), José Augusto Viana de Sousa (PPD/PSD); Rosalina Maria Barbosa Martins (PS), Luís André Varajão Alves (PPD/PSD); Manuel José Miranda (PS); João Paulo da Cunha Alves (PCP); Elisabete Bernardina Barbosa Gama (PPD/PSD); Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); Perfeita Barreiro de Araújo Esteves (PS); Hélder António de Barros Moreira Pedreira (PPD/PSD); José Augusto Amorim Oliveira (PS); Dinis António Sá Fernandes Pereira (PPD/PSD); Cláudia Maria Fernandes Soares (PCP); Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS); Maria Rosa Araújo Ribas (PPD/PSD); Palmira Ribeiro da Costa (PS); André Manuel da Silva Rodrigues (PPD/PSD); João Barbosa Cerqueira (PS); Celestino Rodrigues (PS); Manuel Martins Rodrigues (PPD/PSD); Manuel Lopes Fernandes (PS); Celso Guerreiro Barbosa (PPD/PSD) Manuel Alfredo Barbosa Nogueira (PS); Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS); António José Pinto Fernandes (PPD/PSD); António José de Sousa Alves (PS); David Jorge Pires Saraiva (PPD/PSD); Carlos Manuel Gomes Pereira (PS); Amândio Libério Meireles Pinto (PPD/PSD) António Alberto Lebrão Martins Esteves (PS); Manuel Fernando Pereira Mendes (PS); Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS); Fernando Inácio Pereira Fernandes (PPD/PSD); Manuel Fernando Pereira Mendes (PS).-----

----- Do Presidente da Câmara – Vítor Paulo Gomes Pereira, e dos Vereadores Décio Brandão Guerreiro (PPD/PSD); Tiago Manuel Pereira da Cunha (PS); Helena Barbosa Ramos Fernandes (PPD/PSD) e Maria José Brito Lopes Moreira (PS).-----

----- Registaram-se as faltas de David Jorge Pires Saraiva (PPD/PSD), João Paulo da Cunha Alves (PCP); Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS), que nos termos legais, procederam à respetiva justificação.-----

----- Substituições: -----

----- Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS) foi substituído por Iolanda Maria Cerqueira Pereira. ----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =

----- O Presidente da Mesa Assembleia, verificando haver *quorum*, declarou aberta a sessão. -----

----- Nos termos do nº 2, do artigo 50º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro foi autorizada, por unanimidade a integração na ordem de trabalhos da proposta de nomeação de auditor externo para certificação das contas do ano de 2014, para efeitos do artigo 77º da lei nº 73/2013, de 3 de setembro designado de ponto nº 7. -----

= LEITURA DE EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA =

----- Ponto n.º 1 – Leitura do expediente, bem como dos anúncios que o regimento impuser, discussão e votação da ata da sessão anterior. -----

----- Foi distribuída lista de registo de correspondência recebida. O Presidente deu conta do expediente recebido, lendo a comunicação oportunamente remetida pela Estradas de Portugal, SA, a informar que os referidos trabalhos de limpeza decorreriam no mês de agosto e setembro. -----

----- A ata da sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 27 de junho foi oportunamente distribuída e dispensada de leitura. -----

----- Submetida à votação a ata foi aprovada, por maioria com 4 abstenções, sendo 2 do PS e 2 do PSD, por não terem estado presentes. -----

----- O presidente da Assembleia informou que, devido a uma avaria no sistema de gravação, não permitiria a gravação da sessão ordinária. Desta forma, os Grupos Municipais deverão estar atentos para as informações que desejam que fiquem mencionadas em ata. -----

= ASSUNTOS RELEVANTES E EMISSÃO DE VOTOS E MOÇÕES =

----- Ponto n.º 2 – Apresentação de assuntos relevantes para o Município e a emissão de votos e moções. -----

= PROPOSTA DE RECLAMAÇÃO À EP ESTRADAS DE PORTUGAL SA

----- Por António Esteves, do Grupo Municipal do Partido Socialista e na sequência da aprovação na sessão anterior de uma moção para a limpeza das bermas das estradas municipais do concelho, enviada à EP - Estradas de Portugal, SA, apresentou uma moção a reclamar do incumprimento do prazo fixado para os trabalhos de limpeza, fixado pela própria EP, conforme mencionado no ofício remetido colocando em risco a segurança dos utilizadores das vias rodoviárias. -----

----- Solicita o seu envio à EP Estradas de Portugal, SA e à CIM. -----

----- Referiu, ainda, que os emigrantes no mês de agosto fizeram bastantes reparos sobre o mau estado de conservação das vias. Lamentou que a EP – Estradas de Portugal cobre elevadas quantias, para emissão de simples pareceres ou autorizações, de ocupação de via pública, citando em caso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concreto, as que são solicitados às Comissões de Festas para a colocação de arcos festivos em locais de pertença EN, e que são efetivamente cobradas a importâncias de valor exagerado, tal como 184,50 € por apenas 150 metros de extensão, citou. -----

----- Recordou que solicitou a limpeza de uma via, onde se pressupunha a passagem da procissão e que até hoje não obteve resposta, tendo esses trabalhos, sido efetuados pela própria comissão de festas. Por último referiu a questão do envio da moção à CIM uma vez que pretende que este assunto chegue ao conhecimento de todos os representantes naquele organismo ressaltando o seu descontentamento. -----

----- O Presidente da Mesa solicitou ao Presidente da Câmara esclarecimentos sobre a informação que constava do expediente da assembleia, remetida pela Estrada de Portugal, na qual informava que os trabalhos decorreriam ao longo dos meses de agosto de setembro. -----

----- - O Presidente da Câmara referiu ser do seu conhecimento que apenas foram efetuados alguns trabalhos de limpeza na Estrada de São Bento à Vila, por pressão camarária, uma vez que esse percurso é muito utilizado pelos caminhantes. -----

----- O Presidente da Junta da freguesia de Coura informou que as bermas da freguesia haviam sido limpas, pela EP- Estradas de Portugal, principalmente no recinto das festas da freguesia. -----

----- O Presidente da Câmara salientou que a Moção colocada à discussão é pertinente e que deve ser votada. Esclareceu que o assunto também foi discutido em reunião realizada pela CIM. Solicitou, ainda, aos Presidentes de Junta que informassem da existência de outras situações no concelho, mas como mais nenhum se pronunciou referiu que mesmo havendo apenas a exceção da freguesia de Coura a moção revelava grande pertinência, cabendo apenas ao plenário da assembleia votá-la ou não. Informou ainda que em reunião da CIM, outros presidentes de Câmara haviam manifestado o desagrado, pela falta da limpeza nos seus concelhos. -----

----- A proposta a reclamar da não execução dos trabalhos de limpeza das bermas das estradas nacionais no concelho foi submetida à votação e aprovada, por unanimidade. -----

= PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PDM =

----- **José Augusto Sousa**, do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, manifestou apreensão por, em pleno período de discussão pública do PDM, a Assembleia Municipal não ter convocado uma sessão extraordinária para o discutir. Informou que teve conhecimento deste assunto pela Vereadora Helena Ramos, comparando esse mesmo procedimento feito para o novo traçado da EN. -----

----- Assim, propôs a alteração do índice de edificabilidade de 0,02% para 0,2% em zona complementar agrícola, no Plano Diretor Municipal de Paredes de Coura (PDM), em discussão,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conforme o preceituado no artigo 28º da proposta de Regulamento do PDM. Neste contexto, coloca a discussão da Assembleia essa mesma alteração -----

---- O Presidente da Assembleia disse que a agenda é definida com a Câmara e a Assembleia Municipal terá o seu espaço para discutir o PDM, já que sendo um órgão deliberativo não poderá apresentar propostas à Câmara. -----

----- **Presidente da Câmara:** Lembrou que o PDM não está aprovado, que está a decorrer a fase da discussão pública, que termina na próxima segunda-feira, dia 29 de setembro e que só depois a Assembleia Municipal terá a sua responsabilidade no quadro das suas competências de apreciar a proposta do PDM. Assim, decorrido o tempo da discussão pública será feita uma apresentação pública que contará com a presença dos técnicos da Câmara Municipal, aberta e participativa, para além de que esse assunto irá ser objeto de aprovação na Câmara e de discussão na Assembleia Municipal, para sua consequente aprovação final. -----

----- Reforçou a necessidade de alguma pedagogia e clarificou que o PDM não se restringe apenas à edificação. Lembrou o seu enquadramento legal, enumerando as várias entidades envolvidas: Plano Regional e Ordenamento do Território do Norte, PROF NA – Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho; PSRN 200 Plano Sectorial da Rede Natura 2000, o PAEL – Programa de Apoio à Economia Local, acrescido de vários decretos publicados após 1995, relacionados com o perímetro Florestal, áreas ardidas, a lei dos compromissos, etc, que conferem alguns entraves de atuação. Além disso não regula apenas a edificação mas também outras condicionantes. Se Paredes de Coura perde população como é possível exigir maior índice de edificação? -----

----- Assim, há dinâmicas económicas que devem ser consideradas neste processo e há condicionantes e regras a observar. Esclareceu que todas as edificações ligadas ao turismo e à indústria estão asseguradas. Resumindo: disse que o PDM não resulta da vontade individual mas da lei e dos seus constrangimentos. Contudo, devem ser assertivos e lutar, mas não podem ultrapassar a lei. Não ter PDM é não ter ordenamento, o que resulta da mesma coisa que estar no vazio. Que haverá tempo para tomarem uma posição conjunta ou aproximar posições para mudar o PDM, mas sempre dentro do contexto da lei. -----

----- **Rosalina Martins (PS):** Referiu que José Augusto Sousa não foi claro na apresentação da sua proposta, salientando que a Assembleia Municipal não pode substituir-se ao período de discussão pública. Além do mais, refere, os Presidentes de Junta terão de levar esse assunto às suas assembleias de freguesia para discutir e fazer chegar à Câmara Municipal o resultado dessas reuniões. Que só após este processo será possível decidir na Assembleia Municipal. -----

----- **José Augusto Sousa (PSD):** Que a proposta não coloca em causa as competências da Assembleia Municipal. Que o índice de edificabilidade deve ser discutido asseverando que a revisão do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PDM é feita desde o início e que as alterações sejam significativas. Disse entender que todos os pedidos de alteração devam ser apresentados e que o debate em sede da Assembleia Municipal tenha participação pública. Disse, ainda, manter a moção apresentada sendo que além de discutida deveria ser submetida também à discussão pública. Por fim, questionou se esta restrição de índice é uma posição da Câmara Municipal ou do próprio presidente, considerando o índice de edificabilidade variável nos concelhos vizinhos.-----

----- **Presidente da Câmara:** Declarou que o porta-voz do PSD disse um conjunto de disparates. O PROT - Plano Regional de Ordenamento do Território determina que o índice máximo de ocupação do solo é de 0,01 / m², mesmo assim conseguiram para o concelho de Paredes de Coura um índice de 0,02%. Lembrou que os PDM dos outros concelhos foram aprovados com outras leis em vigor e que a discussão pública tem de ser salvaguardada, e que as propostas devem ser coerentes e de acordo com a lei. Voltou a referir não fazer sentido aprovar essa proposta em Assembleia Municipal quando se está em período de discussão pública. -----

----- **José Augusto Sousa (PSD):** Referiu que a lei existe, no entanto, existem certos aspetos que podem ser contornados. Que está a falar em áreas que estão limitadas nos mapas, para além de que o índice 0,02 é difícil de atingir, mas que essa é a sua proposta. Para além disso, não há limitação legal para que a assembleia se pronuncie. Disse ainda, que vendo o assunto de uma outra perspetiva, se já se ultrapassa, porque que não, ultrapassar mais?-----

----- O Presidente da Assembleia perguntou se José Augusto Sousa desejava manter a proposta, considerando-a irrealista, atendendo a que o PDM ainda se encontra em discussão pública, e que mais tarde por força da lei terá de ser discutida na assembleia. -----

----- **José Augusto Sousa (PSD):** Referiu manter a proposta, ressaltando que a sua intervenção é clara quando refere “*Sem prejuízo das competências da assembleia municipal* “. Para além disso, conclui que a lei é comum a todos os concelhos. Que esse assunto também já foi debatido em assembleias anteriores aquando da discussão do PDM. Todavia sabe que em alguns concelhos foram feitas alterações que permitiram um maior crescimento económico. Aproveitou, também, para referir que em relação ao PAEL, este restringe os processos de loteamento, mas entende que do ponto de vista estratégico, devem ser discutidos todos os pedidos de alteração na Assembleia Municipal. Concluindo referiu que aquando da discussão pública do assunto relacionado com as linhas de alta tensão, esse assunto veio à assembleia municipal, antes do término do mesmo. -----

----- **Dinis Fernandes (PSD):** Salientou que o índice de edificabilidade está abaixo do praticado a nível nacional e com esta proposta empobrece-se o concelho, considerando o tamanho das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

propriedades. Considerou-o um processo de desvalorização do terreno que impede a riqueza. Insistiu no debate pelo aumento da taxa. -----

----- **Presidente da Câmara:** Interrogou a forma de contrariar a Lei, se o limite máximo era de 0,02% como é possível apresentar uma proposta de 0,2. Lembrou que é fácil falar, mas que seria um processo inglório. -----

----- **José Augusto Viana (PSD):** Insistiu que outros concelhos ultrapassaram o índice de edificabilidade e que a proposta apresentada era para a Câmara negociar. -----

----- **Submetida à votação, a proposta foi rejeitada com 18 votos contra do PS, 1 abstenção do PCP e 12 votos a favor do PSD.** -----

----- **O Partido Socialista justificou os votos contra, considerando a proposta extemporânea e que o PDM ainda se encontra em discussão pública e que seriam necessários mais elementos para uma melhor decisão.** -----

= PROPOSTA DE VOTO DE LOUVOR – EVENTOS DE 2014 =

----- Por **Rosalina Martins**, do Grupo Municipal do Partido Socialista, foi apresentado voto de louvor a enaltecer a qualidade dos eventos de verão, designadamente, 'Mundo ao Contrário', Festas do Concelho e respetivo Cortejo Etnográfico e Festival de Paredes de Coura. Agradece o esforço de todos – juntas de freguesia, associações, voluntários e trabalhadores do Município. -----

----- José Augusto Sousa anuiu que o PSD se revia na moção apresentada. -----

----- **Submetido à votação, o voto de louvor foi aprovado, por unanimidade.**

= INTERVENÇÕES POLÍTICAS =

----- **Ponto n.º 3 – Intervenções políticas pelos grupos municipais.** -----

----- **Neste ponto não houve intervenções.** -----

= ORDEM DO DIA =

= ORDEM DO DIA =

Ponto n.º 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do município, bem como da sua situação financeira, nos termos da alínea c), n.º 2, art.º 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Relativamente à informação em discussão o presidente da Câmara referiu que a situação financeira da Câmara Municipal melhorou, a dívida diminuiu, não havendo no entanto folga financeira e pelo que é necessário manter o rigor. Informou ainda que a dívida a fornecedores é de cento e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quarenta mil euros, a outros devedores diminuiu dez por cento; a dívida à banca diminuiu cerca de seis por cento e que as transferências dos fundos comunitários ficaram aquém do previsto.-----

----- **José Augusto Sousa (PSD)** - Referiu que há um conjunto de obras que solicitou e que estão lançadas e que vão ser feitas, mas que faltam algumas, nomeadamente: estrada da Pena a Venade; estrada de Mantelães a Senhora da Conceição; a estrada da Colónia em Vascões: os passeios até à escola Secundária; reparação dos telhados da escola secundária para que não chova dentro das salas de aula; verificação das tampas de saneamento em S. Bento, bem como a Escola segura com alguém na entrada e saída a disciplinar o trânsito.-----

----- **António Esteves (PS)** - Solicitou a atenção para inexistência de qualquer sinalização na "A/27, relativa a Paredes de Coura, no troço de Ponte de Lima / Paredes de Coura.-----

----- Agradeceu, em nome das freguesias e do Ranho Folclórico de Bico, o restauro da Escola Primária que serve de sede ao Ranho Folclórico de Bico.-----

----- **Presidente da Câmara**, em resposta a José Augusto Sousa, referiu serem suas também as preocupações em relação ao mau estado das estradas. Em relação às obras da sede do rancho disse que também foi com entusiasmo que viu essa recuperação terminada, mostrando gratidão pelas palavras de António Esteves, considerando que a sede acaba por prestigiar a associação. Relativamente às outras questões colocadas passou a palavra ao Vereador Tiago Cunha e Maria José Moreira.

----- **Vereador Tiago Cunha**: Sobre as tampas do saneamento informou que foi acionada a responsabilidade dos empreiteiros adjudicatários das obras de saneamento através das garantias bancárias e que as reparações serão feitas, após o cumprimento dos prazos e respetivas formalidades, não apenas em Cossourado mas noutras freguesias como Ferreira, Formariz, Bico e Vascões.-----

----- Quanto ao mau estado da estrada de Chã de Lamas deve-se ao abate de árvores de grande porte. Contactada a empresa responsável pelo corte, a mesma comprometeu-se a fazer a reparação no piso, para além da recuperação de alguns taludes que também foram danificados.-----

----- **Vereadora Maria José Moreira**: Informou que já existem alguns trabalhos de reparação a serem efetuados na Escola Secundária. Que no verão passado foi solicitado à diretora do Agrupamento uma listagem das necessidades mais prementes da Escola a fim de ser reportada em reunião ao diretor regional adjunto da Direção Regional de Educação tendo este informado que evitassem investimentos avultados porque a escola talvez fosse alvo de intervenção. Dessa reunião, a Câmara comprometeu-se a efetuar as reparações mais urgentes, que consistiam na pintura dos balneários, substituição de fechos nos wc, substituição de sanitas, vidros, pisos etc. e posteriormente as restantes obras seriam englobadas numa candidatura.-----

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Em relação aos telhados, no ano transato, foi feita uma primeira intervenção, que não foi suficiente. Aguarda oportunidade para executá-la de forma definitiva e o mais breve possível, disse. Quanto ao trânsito, informou que em reunião com a Direção de Estradas foi solicitada a reparação das passadeiras, a verificação dos semáforos, bem como um projeto de fundo para a construção dos passeios de forma a reorganizar-se o trânsito, tornando-o mais célere e eficiente. -----

----- **José Augusto Sousa (PSD):** Perguntou se a obra de fundo ia ser realizada, por se tratar de um projeto antigo. Questionou também se havia alternativas para a forma desordenada como os alunos atravessam a rua. Acerca da reparação dos telhados, perguntou qual o prazo e se vai fazer-se em tempo de aulas. -----

----- **Vereadora Maria José Moreira:** Informou que, segundo as conversações com a Diretora do Agrupamento, durante o período das obras dos telhados, estará assegurado o normal funcionamento das aulas. -----

= LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS =

Ponto n.º 2 – Tomar conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos até 08/09/2014, no âmbito da autorização genérica da Assembleia Municipal de 27-12-2013, em cumprimento do estipulado na alínea c) do art.º 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

----- **A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----**

= PROPOSTA DE LANÇAMENTO DE DERRAMA =

Ponto n.º 3 - Apreciação, discussão e votação de proposta para lançamento de derrama, para o ano de 2015, nos termos do artigo 18º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. -----

----- **José Augusto Sousa (PSD):** Disse reconhecer a nova orientação para melhorar a atividade económica do concelho, principalmente a da restauração, aspeto que enalteceu, mas disse haver outros, designadamente incentivar o empreendedorismo no concelho. Reconheceu ainda que a câmara não tem muitos meios de o incentivar, mas considerou que a derrama dificulta o investimento de iniciativas privadas. E se pretendem cativar a população a investir, têm de rever a taxa da derrama. A derrama só se aplica a empresas e não a título individual. Insistiu na não aplicação da derrama e que votaria contra a proposta apresentada. -----

----- **Presidente da Câmara:** Disse que ainda não existe folga orçamental que permita baixar mais os impostos municipais. Lembrou que se fez um esforço no ano passado ao isentar as micro empresas, mas que os impostos têm uma função social, não sendo oportuno fazê-lo de momento, para não fragilizar o lado da receita e manter o equilíbrio entre as receitas e as despesas. -----

----- Disse, ainda, que as propostas do PSD são pertinentes e merecem consideração mas tudo depende da decisão política da Câmara, e que se um dia baixarem os impostos vão ser acusados de seguir a estratégia do PSD e que José Augusto Sousa vai reivindicar a autoria da redução. -----

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **José Augusto Sousa (PSD):** Referiu que se a Câmara se abstivesse da coleta do imposto de derrama, no montante de cerca de quarenta e cinco mil euros, não comprometeria as responsabilidades assumidas. Sendo uma questão de opção política, insistiu que reduzisse a proposta já no próximo ano e não a deixasse para o último. -----

----- **Presidente da Câmara:** Frisou que, talvez pela sua formação em história, te, uma noção de gestão mais abrangente e mais sensata. Abdicar das receitas poderia originar buracos orçamentais difíceis de ultrapassar e que a situação do país não está a ajudar. Disse, ainda, que se um dia tiver de adotar as posições do PSD, adotá-las-á. Que existe o propósito de abdicar da derrama não havendo receio de fazê-lo. -----

----- **A proposta para lançamento de derrama, para o ano de 2015, foi aprovada, por maioria, com 18 votos do PS a favor e 13 votos contra, sendo 13 do PSD e 1 do PCP.**-----

= PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE TAXAS DE IMI =

Ponto n.º 4 - Apreciação, discussão e votação de uma proposta de fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2015, em 0,3% para os prédios urbanos já avaliados, nos termos do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (CIMI).-----

----- **José Augusto Sousa (PSD):** Questionou o processo de avaliação de imóveis, falando da possibilidade de ser atrasada a avaliação. -----

----- **Presidente da Câmara** disse registar a sugestão e que só para a próxima reunião poderia dar alguma resposta. -----

----- **A proposta de fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2015, em 0,3% para os prédios urbanos já avaliados, foi aprovada, por maioria, com 29 votos a favor, sendo 1 do PS e 11 do PSD e 2 votos contra, sendo 1 do PSD e 1 do PCP.**-----

= FIXAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS =

Ponto n.º 5 - Apreciação, discussão e votação de uma proposta de fixação em três por cento da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município para vigorar no ano de 2015, nos termos do nº2 do art.º 26º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro.-----

----- **José Augusto Sousa (PSD):** Disse que embora se esteja a falar de um valor maior a taxa de IRS levanta problemas mais graves. Dado que não existe uma dinâmica de emprego, leva a população na busca de trabalho, a sair do concelho e a fixar-se próximo do local de trabalho. Pode não ser suficiente, mas algum dinheiro podia ser poupado pelas famílias se o imposto fosse reduzido. E perante a debilidade económica, a Câmara Municipal deve reduzir o imposto de IRS, pelo que o PSD propõe a anulação da taxa no IRS. -----

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Disse que o PSD votaria contra a participação deste imposto. -----

----- **Presidente da Câmara:** Disse respeitar a proposta do PSD, mas que é fácil para quem está na oposição prometer tudo, para quem governa não é bem assim. Há que tomar opções. O País está cheio de constrangimentos. Pensando no futuro e se esses cortes forem ainda maiores não se consegue fixar jovens em Paredes de Coura. Há que trazer investidores para o concelho que gerem mais emprego e maior riqueza. Há que transmitir respostas rápidas aos empresários. A realidade é complexa e difícil. -----

----- **Dinis Fernandes (PSD):** Referiu que pode explicar exemplos concretos: Quanto menor o volume fiscal maior será a riqueza e emprego. Deu como referência os incentivos aos estrangeiros que vêm para Portugal para aproveitar os benefícios fiscais, lembrando os “vistos Gold”. -----

----- **Presidente da Câmara:** Ressaltou que os exemplos apresentados saem do quadro que está em discussão, porque em contexto de crise não se pode fragilizar o lado da receita, tal como acontece a nível nacional. É preciso prudência fiscal, como diz, todos os dias, o primeiro-ministro. -----

----- **José Augusto Viana (PSD):** Que reduzir os impostos ao mínimo implica dizer aos courenses estar atento e preocupados com a sua situação. -----

----- **Presidente da Câmara:** Recordou a questão dos processos eleitorais, considerando, no caso nacional, o que era o próprio PSD em período eleitoral e a sua prática enquanto governação. Reforçou que é preciso sensatez e moderação, que não pode aliviar o lado da receita sendo que no próximo ano as transferências do estado vão ser reduzidas. Se futuramente houver possibilidades de aliviar a carga fiscal, assim o fará. -----

----- **A proposta de fixação em três por cento da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município foi aprovada, por maioria, com 19 votos a favor, sendo 18 do PS e 1 do PCP e 12 votos contra do PSD.** -----

= PROPOSTA DE REVISÃO AO ORÇAMENTO E PPI DA CM DE 2014 =

Ponto nº 6: Apreciação, discussão e votação da proposta de 3ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos, da Câmara Municipal, do ano de 2014. -----

----- **A proposta de 3ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos, da Câmara Municipal, do ano de 2014, foi aprovada, por maioria, com 31 votos a favor, sendo 18 do PS, 11 do PSD e 1 do PCP e 1 voto contra do PSD.** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO =

Ponto nº 7: Apreciação, discussão e votação da proposta de nomeação de auditor externo para certificação das contas do ano de 2014, para efeitos do artigo 77º da lei nº 73/2013, de 3 de setembro. -----

----- **José Augusto Sousa** questionou o tipo de concurso e os critérios de seleção **no processo de escolha do revisor** -----

----- **Presidente da Câmara:** Disse que foi um processo transparente. Deu conta dos pressupostos de contratação do ROC, tendo sido escolhido pela competência e pelo currículo. Que é o mesmo revisor da CIM. -----

----- **A proposta de nomeação de auditor externo para certificação das contas do ano de 2014, foi aprovada, por maioria, com 31 votos a favor, sendo 18 do PS, 11 do PSD e 1 do PCP e 1 voto contra do PSD.** -----

= INTERVENÇÃO DO PÚBLICO=

Ponto n.º 8 – Intervenção do público. -----

----- **Não houve intervenções.** -----

= ENCERRAMENTO =

----- E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente e pelas Secretárias. -----